

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

*Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.*

► Publicada no *DOU* de 12-11-2009.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 208. ....

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

**Art. 2º** O § 4º do art. 211 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. ....

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”

**Art. 3º** O § 3º do art. 212 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 212. ....

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.”

**Art. 4º** O *caput* do art. 214 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

“Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.”

**Art. 5º** O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 76. ....

§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no *caput* deste artigo será de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011.”

**Art. 6º** O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

**Art. 7º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, em 11 de novembro de 2009.

**Mesa da Câmara dos Deputados:** Deputado MICHEL TEMER, Presidente; Deputado MARCO MAIA, 1º Vice-Presidente; Deputado ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO, 2º Vice-Presidente; Deputado RAFAEL GUERRA, 1º Secretário; Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA, 2º Secretário; Deputado ODAIR CUNHA, 3º Secretário; Deputado NELSON MARQUEZELLI, 4º Secretário

**Mesa do Senado Federal:** Senador JOSÉ SARNEY, Presidente; Senador MARCONI PERILLO, 1º Vice-Presidente; Senadora SERYS SLHESARENKO, 2º Vice-Presidente; Senador HERÁCLITO FORTES, 1º Secretário; Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO, 2º Secretário; Senador MÃO SANTA, 3º Secretário; Senador CÉSAR BORGES, no exercício da 4ª Secretaria